

## 7 - DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

### 7.1 - Dívida Ativa da Fazenda

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN dirigiu os seus esforços para o atingimento das metas estabelecidas, com ênfase na busca de melhor estruturação e de valorização institucional do órgão. Marcaram esses esforços, como objetivos, o aumento da arrecadação de receitas da União, com a intensificação da cobrança da Dívida Ativa da União e da conversão de depósitos judiciais em renda da União, da eficiência na área da defesa da Fazenda Nacional em Juízo, nas causas de natureza fiscal e da consultoria e assessoramento jurídicos, e de representação extrajudicial da União.

Contribuiu decisivamente para o equilíbrio fiscal pretendido pelo Governo Federal, mediante o ingresso de receitas públicas, da recuperação de débitos para com a Fazenda Nacional, inscritos em Dívida Ativa da União e, ainda, mediante uma eficaz defesa da Fazenda Nacional em Juízo, possibilitando a conversão, em renda da União, de valores depositados judicialmente e a garantia do fluxo de receitas questionadas, em Juízo, pelos contribuintes.

O exercício de 2003 encerrou-se com uma arrecadação total de R\$ 10.013.861.421,40 (dez bilhões, treze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta centavos). Em Dívida Ativa da União, a arrecadação atingiu R\$ 1.926.576.871,68 (um bilhão, novecentos e vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos). Em conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se o expressivo valor de R\$ 8.087.284.549,72 (oito bilhões, oitenta e sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), o que traduz, de forma inquestionável, um expressivo ganho de causas judiciais sob responsabilidade da PGFN.

Os últimos anos apresentam uma elevada recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, via cobrança da Dívida Ativa da União e através da vitória em ações envolvendo montantes elevados, como o demonstra o quadro abaixo, relativo ao período de 1995 até 2003:

R\$ 1,00			
ANO	DÍVIDA ATIVA (2)	JUDICIAL	ARRECADAÇÃO TOTAL
1995	398.115.757	1.631.247.983	2.029.363.740
1996	638.005.835	2.826.379.423	3.464.385.258
1997	652.841.839	1.683.132.873	2.335.974.712
1998	1.987.155.583	1.096.653.818	3.083.809.401
1999	1.006.319.938	4.012.979.254	5.019.299.192
2000	1.804.824.713	4.450.688.675	6.255.513.388
2001	1.640.907.616	3.652.332.715	5.293.240.331
2002	1.933.046.310	4.898.747.921	6.831.794.231
2003	1.926.576.872	8.087.284.550	10.013.861.421

NOTA (1): Valores Expressos em Reais. NOTA (2): Está inclusa a Arrecadação do REFIS a partir do ano de 2000 e PAES a partir de julho de 2003. NOTA(3): Devido uma inconsistência na alocação de receita, em 09/02, o montante do REFIS em 2002 foi ajustado a menor em R\$ 34.170.074,99.

Devem, de sua parte, ser considerados outros indicadores de desempenho da PGFN, que aferem as quantias que a União deixou de desembolsar - caso da conferência dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional, com impugnação da PGFN acolhida pelo Poder Judiciário - assim como perdas de receitas que a atuação da PGFN evitou para o Erário, no ganho de causas de valor elevado e envolvendo exações cuja arrecadação é significativa para a União.

Todo o esforço arrecadatório, propriamente, se faz fundamentalmente por sobre um estoque de Dívida Ativa, cuja distribuição em inscrições cobráveis administrativamente, judicialmente e incobráveis, apresenta-se conforme a seguir:

**VALORES COBRÁVEIS ADMINISTRATIVAMENTE E JUDICIALMENTE**

R\$ 1,00

COBRÁVEIS ADMINISTRATIVAMENTE	COBRÁVEIS JUDICIALMENTE	INCOBRÁVEIS
18.407.565.566,67	192.951.792.078,29	DADO NÃO DISPONÍVEL

FONTE: INTRANET -Mapas Gerenciais L&amp;04519.12 - Inscrições em Cobrança (Posição em 31.12.2003)

Destaca-se, por pertinente, que o Estoque da Dívida Ativa da União é conjunto não criticado, razão por que não classifica a PGFN qualquer dos débitos sob sua administração como rigorosamente incobráveis. O período foi marcado, pelo esforço no trabalho de inscrição em Dívida Ativa, seja de créditos tributários, seja de créditos não tributários, todos abarcados pelas competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Em termos de unidade monetária, registrou-se um salto de R\$ 174.175.287.586,47 (cento e setenta e quatro bilhões, cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos) – (dez/2002) para R\$ 211.359.357.644,96 (duzentos e onze bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos) – (até dez./2003), observando-se um acréscimo percentual de 21,35% (vinte e um inteiros e trinta e cinco centésimos por cento). Representa este último número, o valor de R\$ 192.951.792.078,29 (cento e noventa e dois bilhões, novecentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e dois mil, setenta e oito reais e vinte e nove centavos) em ações – ajuizadas e R\$ 18.407.565.566,67 (dezoito bilhões, quatrocentos e sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) em ações – não ajuizadas.

Dentre os seus mais importantes esforços, aponta-se no ano 2003, o tratamento prioritário para cobrança dos maiores devedores da Fazenda Nacional (débitos de valor superior a R\$ 10.000.000,00) ou em cujo processo haja seguros indícios da prática de crimes fiscais, o que constitui o PROJETO GRANDES DEVEDORES"(fundamento legal no art. 68 da Lei n° 9.532, de 10/12/1997, que visa à qualificação de processos em razão do valor dos débitos envolvidos ou do cometimento de crimes fiscais).

Nessa esteira, buscou-se em 2003 realizar a seleção de um segmento específico de débitos de grande valor, em cada unidade da PGFN. Fixou-se foco nos maiores débitos em cada unidade. Deste total, selecionaram-se os que se considerasse recuperáveis de forma mais imediata, adotando-se as medidas que levassem à consecução desse objetivo. Este projeto envolve trabalho que termina resultando na depuração de débitos inconsistentes, para identificação, com razoável segurança, do real estoque da Dívida Ativa da União, e por consequência, dos valores incobráveis.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO – EXERCÍCIO DE 2003  
GESTÃO TESOUREIRO NACIONAL

R\$ 1,00

UF	SALDO DE 2002	INSCRIÇÕES EFETUADAS EM 2003	OUTROS ACRÉSCIMOS	RECEBIMENTO	CANCELAMENTO	SALDO P/ JANEIRO/2004
AC	231.881.044,42	4.354.431,19	6.271.960,77	2.818.897,73	723,67	262.701.565,51
AL	1.625.889.879,30	94.752.621,35	129.825.678,39	9.911.398,89	14.867.971,42	1.969.598.748,27
AP	348.630.431,25	26.401.866,96	20.158.328,34	1.649.412,10	1.570.525,32	368.483.152,14
AM	3.078.466.384,07	158.330.221,02	205.306.168,97	8.885.554,42	74.333.304,49	3.616.665.582,38
BA	6.872.034.209,56	1.048.807.831,09	1.057.034.199,72	32.276.637,68	83.615.254,63	9.543.825.956,10
CE	3.506.821.534,06	199.621.399,90	270.715.583,05	19.208.298,56	1.999.467,68	4.228.073.809,34
DF	3.274.047.926,60	581.277.102,12	565.501.828,76	21.652.544,92	85.376.088,31	4.709.512.554,18
ES	2.563.012.464,46	282.759.552,58	404.359.315,25	14.631.819,23	82.798.002,62	3.401.343.775,99
GO	3.632.294.860,31	286.445.536,51	292.258.235,42	29.191.789,14	573.321,27	4.457.723.186,78
MA	1.217.053.677,74	84.294.709,63	108.588.746,99	10.819.077,35	43.463.425,83	1.502.788.708,23
MT	1.892.275.733,19	180.865.460,94	187.035.240,11	16.295.257,07	168.443,13	2.417.308.331,31
MS	2.062.552.264,88	110.064.387,74	121.824.357,11	15.123.209,98	28.258.868,59	2.438.250.805,52
MG	9.497.994.298,11	921.150.831,37	1.310.751.483,43	80.832.783,45	115.911.910,13	12.181.289.712,56
PA	2.282.404.587,96	177.520.457,53	222.034.396,87	15.496.386,59	187.968,27	2.867.413.825,30
PB	1.255.051.673,54	99.818.988,96	108.141.007,66	7.781.534,63	32.273.932,13	1.547.041.437,39
PR	7.871.969.094,95	733.675.107,30	822.676.866,74	73.624.250,86	45.711.722,92	10.032.134.699,32
PE	5.984.065.020,22	499.711.729,41	736.990.307,19	41.828.290,75	12.191.969,52	7.732.908.098,06
PI	536.874.974,81	93.679.142,43	93.874.975,07	6.594.101,21	66.426.081,29	757.230.079,02
RJ	23.779.921.422,86	1.588.204.820,81	2.938.226.349,50	107.261.908,11	238.805.548,05	29.828.691.624,73
RN	1.195.341.757,07	69.605.715,22	82.896.074,95	7.087.376,34	112.311,68	1.385.803.739,56
RS	10.278.194.586,87	840.939.047,30	1.041.755.680,87	71.364.153,59	66.982.676,43	12.729.038.674,59
RO	822.674.005,22	70.032.462,13	89.681.718,73	6.950.066,16	1.624.341,30	1.028.256.515,36
RR	323.039.183,87	1.636.635.818,09	2.401.523.117,17	2.122.807,43	1.078,05	4.391.728.397,57
SC	4.490.843.244,28	383.269.253,34	463.096.689,12	33.116.633,83	52.233.347,96	5.672.718.996,73
SP	74.663.417.311,04	6.466.115.168,62	9.299.129.757,39	287.149.649,43	632.002.248,12	81.070.876.596,95
SE	644.436.613,26	76.506.070,52	73.929.194,05	4.956.021,97	131.663,01	861.238.601,22
TO	244.099.402,57	43.417.076,92	50.015.611,67	4.033.274,64	3.437,10	356.710.470,85
TOTAL	174.175.287.586,47	16.758.256.810,98	23.103.602.873,29	932.663.136,06	1.681.625.632,92	211.359.357.644,96

Fonte: Relatório PGFN

Os valores foram obtidos de acordo com o entendimento descrito abaixo:

\* SALDO 2002 - valor remanescente em cobrança, consolidado no dia 31/12/2002, das inscrições ativas nessa data. As inscrições extintas até 31/12/2002 não são consideradas para efeito de consolidação.

\* INSCRIÇÕES EFETUADAS EM 2003 - valor do principal das inscrições efetuadas no período de 01/01/2003 a 31/12/2003, que encontravam-se ativas em 31/12/2003. Não são consideradas as inscrições efetuadas no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 que se encontravam extintas em 31/12/2003

\* RECEBIMENTO 2003 - Valor total dos créditos arrecadados pela Dívida Ativa da União no período de 01/01/2003 a 31/12/2003, com código de receita D.A.U. Os créditos da Defesa da Fazenda Nacional não são considerados para efeito de contabilização.

\* CANCELAMENTO 2003 - valor remanescente consolidado na data da extinção, das inscrições com situação "Extintas por Cancelamento" entre 01/01/2003 a 31/12/2003.

\* CORREÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ACRÉSCIMOS - somatório dos valores de atualização monetária, multa de mora, juros de mora e encargo legal, consolidado em 31/12/2003, das inscrições efetuadas no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 que encontravam-se ativas em 31/12/03. Não são consideradas as inscrições efetuadas no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 que encontravam-se extintas em 31/12/2003.

\* SALDO PARA JANEIRO DE 2004 - valor remanescente consolidado em 31/12/2003, das inscrições ativas em 31/12/2003. As inscrições extintas até 31/12/2003 não são consideradas para efeito de consolidação.

Observação: Todos os valores foram expressos em Reais.